



**SIMULADO
ESPECIAL**

SEDES DF

**Técnico em Desenvolvimento
e Assistência Social (TDAS)
Agente Social - Pós-Edital**

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **SEDES-DF**, cargo de **Técnico em Desenvolvimento e Assistência Social - Agente Social**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/s1WBeuU2mZLmGcFC9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4vxMMN3>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto para responder às questões 1 a 6:**

Algumas questões são centrais para se pensar a trajetória dos direitos humanos no Brasil a partir do fim do regime autoritário (1964-1985) e sua relação com os desafios colocados à consolidação da democracia no país. Considera-se pertinente contextualizar e esclarecer as dinâmicas e os desafios específicos dessas questões para se compreender melhor o papel desempenhado nesse período pelas tentativas de afirmação de padrões mais avançados de promoção e proteção aos direitos humanos na sociedade brasileira.

Em relação aos direitos humanos, a qualidade da democracia brasileira é muito baixa. Desde a retomada da democracia, em 1985, as violações, associadas especialmente ao direito à vida, têm sido constantemente relatadas por organismos governamentais, mais frequentemente, por não governamentais, domésticos e externos. A impunidade prevalece como norma e a punição dos violadores como exceção. Em vez da "força da lei" impera a "lei da força". A persistência desse padrão afeta diretamente a reconstrução democrática. Convivem, simultaneamente no Brasil, no plano político e cultural, formas não democráticas de mediação política e social que permeiam a sociedade e o Estado com práticas modernas de democracia (PANIZZA; BRITO, 1998). Essas formas não democráticas têm prevalecido, apesar dos significativos avanços políticos e institucionais verificados no país, desde a retomada do processo democrático em 1985. Avanços que não são poucos e que alteraram radicalmente a posição do Governo Federal no plano interno e externo.

Existem, porém, obstáculos estruturais que desafiam o Brasil em sua tentativa de obter sucesso na implementação desse novo padrão para os direitos humanos. Desde o retorno da democracia, observa-se uma nítida tensão entre o Estado federal que foi pró-ativo em relação a esses direitos humanos e os governos estaduais que têm falhado ao não garanti-los, tendo sido muitas vezes seus principais violadores, através de suas forças de segurança. Continuam intocadas as estruturas do regime autoritário nas polícias e no sistema de Justiça,

que resistem a mudanças institucionais. Existe, portanto, uma distância enorme entre a realidade doméstica e as responsabilidades internacionais, assumidas pelo Brasil nessa área.

Trata-se, pois, de um desafio que possui componentes políticos também complexos, que envolvem o próprio pacto federativo. Não é suficiente a chamada "vontade política" do Governo Federal, que acaba assumindo o maior ônus do problema perante a sociedade brasileira e a comunidade internacional. Existem dificuldades institucionais e constitucionais conhecidas. A Constituição brasileira estabelece divisões rígidas entre o que o Governo Federal pode fazer e o que é da competência dos governos estaduais, como a organização da polícia. O Estado violador manifesta-se essencialmente nas diversas unidades da federação onde se concentra a maioria esmagadora das tropas policiais, cadeias e unidades de guarda.

Adaptado de

<<https://www.scielo.br/j/rk/a/LMpkgZcxkfc7qNKDD7M7gp/?format=html&lang=pt>>

1. De acordo com o texto, a consolidação da democracia no Brasil, após 1985, caracteriza-se por uma ambivalência que se manifesta na:
 - a) coexistência de avanços institucionais significativos com a persistência de mecanismos autoritários de mediação social.
 - b) prevalência da "força da lei" sobre a "lei da força", especialmente no que tange à atuação das forças de segurança estaduais.
 - c) harmonia absoluta entre as responsabilidades internacionais assumidas pelo país e a realidade vivida no plano doméstico.
 - d) superação definitiva das estruturas do regime autoritário no sistema de Justiça, embora as polícias ainda resistam.
 - e) centralização total das políticas de direitos humanos no Governo Federal, esvaziando a competência das unidades federativas.

2. Infere-se da leitura do terceiro e quarto parágrafos que a eficácia da promoção dos direitos humanos no Brasil é severamente limitada por:
- a) uma falha na redação da Constituição de 1988, que omitiu a organização das polícias.
 - b) um conflito de competências gerado por um pacto federativo que restringe a intervenção federal em esferas estaduais críticas.
 - c) uma falta de interesse dos organismos internacionais em monitorar a realidade das cadeias e unidades de guarda.
 - d) uma resistência do Governo Federal em assumir a responsabilidade pelas violações cometidas por forças de segurança.
 - e) uma inexistência de tensão política entre a esfera federal e as unidades da federação.
3. Assinale a frase gramaticalmente correta, considerando o contexto do texto.
- a) O autor escreveu um artigo acerca de desafios democráticos no Brasil.
 - b) Há cerca de 1985, o Brasil retomou seu processo de redemocratização.
 - c) O Governo Federal está a cerca de resolver os problemas das polícias estaduais.
 - d) Existem dificuldades constitucionais cerca de organização da polícia.
 - e) Os organismos internacionais estão acerca de dez quilômetros das fronteiras.
4. "A impunidade prevalece como norma e a punição dos violadores como exceção." Assinale a alternativa que reescreve a frase acima mantendo o sentido original e a correção gramatical.
- a) Prevalece a impunidade normalmente, enquanto a punição dos violadores são excepcionais.
 - b) A norma é a impunidade prevalecer, ao passo que a exceção é punirem-se os violadores.
 - c) Puni-se os violadores excepcionalmente, porquanto a impunidade prevalece normatizada.
 - d) Tanto a impunidade quanto a punição dos violadores prevalecem como normas excepcionais.
 - e) Impera a impunidade como regra, sendo que a punição dos violadores constituem a exceção.
5. A análise do trecho "*Trata-se, pois, de um desafio que possui componentes políticos também complexos...*", indica que:
- a) O sujeito da oração é "um desafio".
 - b) A oração está na voz passiva sintética.
 - c) O verbo deve ficar no singular, pois a partícula "se" é parte integrante do verbo.
 - d) O desafio pratica a ação de tratar a si mesmo (reflexivo).
 - e) O "se" é uma partícula expletiva que pode ser retirada sem prejuízo gramatical.
6. Considerando a norma-padrão, assinale a alternativa correta:
- a) As cadeias são os locais aonde se manifesta a violência do Estado violador.
 - b) O autor discute a trajetória dos direitos humanos, aonde os desafios são complexos.
 - c) As unidades da federação onde se concentram as tropas policiais resistem a mudanças.
 - d) Não se sabe aonde a impunidade prevalece como norma na sociedade brasileira.
 - e) O pacto federativo indica o caminho onde o Brasil deve se dirigir para evoluir.

Texto para responder às questões 7 a 10:

Felicidade afetiva é uma forma de ativismo. Como um ladrão tentando burlar o sistema de (in)segurança generalizado, o militante dos bons afetos é feliz principalmente quando as câmeras não captam seus movimentos. Ser feliz, mas feliz "de verdade", é uma forma de ativismo obscura, porque começa nas vísceras e ali ninguém vê. Como todo ativismo, ser feliz é redundante, porque fala do óbvio. Fala que é preciso viver de uma beleza mais simples e terrena, visceral como as minhocas, e a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano. Na foto, meu presente preferido, um par de corações de madeira comprados em uma papelaria para dizer: fiquei feliz ao me lembrar de você.

Livia Milanez

Disponível em <<https://www.liviamilanez.com/2022/03/felicidade-afetiva-e-uma-forma-de.html>>

7. No texto, a analogia estabelecida entre o "militante dos bons afetos" e um "ladrão" fundamenta-se na ideia de que a felicidade autêntica:

- a) depende da transgressão de normas sociais de conduta para que possa ser plenamente vivenciada.
- b) constitui um ato de resistência que se realiza à margem da visibilidade e da espetacularização cotidiana.
- c) é um sentimento ilícito em um sistema que prioriza a insegurança generalizada em detrimento do bem-estar.
- d) exige o isolamento total do indivíduo, uma vez que o convívio social impede a manifestação de afetos sinceros.
- e) assemelha-se a um crime por subtrair dos outros a atenção que deveria ser voltada para problemas coletivos.

8. Considere as ocorrências do vocábulo **que** no trecho: "*Fala **que** é preciso viver de uma beleza mais simples e terrena, visceral como as minhocas, e a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano.*" Sintática e morfológicamente, o termo destacado classifica-se como:

- a) pronome relativo, exercendo a função de sujeito da oração subordinada.
- b) conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva objetiva direta.
- c) conjunção subordinativa causal, indicando a razão pela qual se deve viver de forma simples.
- d) pronome relativo, retomando o substantivo "beleza" mencionado implicitamente.
- e) partícula expletiva, podendo ser retirada sem prejuízo à estrutura ou ao sentido do período.

9. Assinale a alternativa que mantém a correlação correta entre tempos e modos verbais, adaptando o trecho: "*fiquei feliz ao me lembrar de você*":

- a) Eu ficaria feliz se eu me lembrasse de você.
- b) Eu ficara feliz quando eu me lembraria de você.
- c) Eu fico feliz desde que eu me lembrara de você.
- d) Eu ficasse feliz caso eu me lembraria de você.
- e) Eu ficaria feliz se eu me lembraria de você.

10. Ao afirmar que "*a maioria de nós não quer ser tão prosaico e mundano*", a autora infere que:

- a) a sociedade busca uma felicidade baseada em ideais elevados e complexos, desprezando a simplicidade.
- b) o ser humano é naturalmente sofisticado e não consegue se adaptar à vida terrena.
- c) o ativismo afetivo é impopular por exigir sacrifícios financeiros dos militantes.
- d) a beleza das minhocas é considerada repulsiva pela maioria das pessoas informadas.
- e) a felicidade "de verdade" é inalcançável para quem vive em centros urbanos.

CONHECIMENTOS DO DISTRITO FEDERAL E POLÍTICA PARA MULHERES

Leandro Signori

11. Em abril de 2026, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) divulgaram o Atlas da Violência 2026. Os dados sobre violência e segurança pública no Brasil referem-se ao ano de 2024. De acordo com a pesquisa, o país atingiu a menor taxa de homicídios dos últimos 11 anos, com 42.590 homicídios em 2024, o equivalente a 20,1 mortes por 100 mil habitantes.

Com relação aos dados divulgados sobre o Distrito Federal (DF), assinale a alternativa incorreta.

- a) O DF está entre as unidades da Federação que registraram os menores níveis de violência letal em 2024.
- b) A taxa de homicídios de negros no DF é cerca de quatro vezes maior do que a de não-negros.
- c) As armas de fogo corresponderam a mais da metade dos homicídios ocorridos no DF em 2024.
- d) O DF registrou aumento na taxa de agravos de notificação relacionados à violência interpessoal contra idosos.
- e) A atuação integrada das forças de segurança pública é apontada como um dos fatores responsáveis pela redução dos homicídios na capital federal.

12. Com base na Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autorizou o Poder Público a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, consideram-se com ênfase especial para a região os programas e os projetos relacionados às áreas de:

- a) saúde e educação.
- b) infraestrutura e geração de empregos.
- c) uso, parcelamento e ocupação do solo.
- d) habitação popular e segurança pública.
- e) assistência e seguridade social.

13. Considerando os aspectos históricos relacionados ao Distrito Federal, assinale a alternativa correta:

- a) No período da construção de Brasília, predominaram na construção da cidade migrantes do Sudeste e do estado limítrofe de Minas Gerais.
- b) A ideia de transferência da capital para o interior do país surgiu pela primeira vez com Dom Bosco, que vislumbrou de forma realística a forma e a localidade da cidade.
- c) A divisão do Distrito Federal em Regiões Administrativas já existia desde a inauguração de Brasília, em 1960.
- d) A Constituição de 1937, durante a Era Vargas, foi a responsável por instituir a primeira comissão oficial de estudos sobre a área da futura capital.
- e) Apesar das obras em ritmo acelerado, Brasília foi inaugurada de forma incompleta, com carência de habitações e outras estruturas importantes.

LEGISLAÇÃO*Emerson Bruno*

- 14.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da Ordem Social e da Seguridade Social na Lei Orgânica do Distrito Federal.
- a) A ordem social tem como base o primado do trabalho e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais.
 - b) Em ação integrada com a União, o Distrito Federal assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à segurança pública, à alimentação, à cultura, à assistência social, ao meio ambiente equilibrado, ao lazer e ao desporto.
 - c) Em caso de iminente perigo ou calamidade pública, compete ao Poder Público prover o atendimento das necessidades coletivas urgentes e transitórias, podendo, para esse fim, requisitar propriedade particular, observado o disposto na Constituição Federal.
 - d) O Distrito Federal promoverá, nos termos da lei, o planejamento e o desenvolvimento de ações baseadas nos objetivos previstos nos arts. 194 e 195 da Constituição Federal.
 - e) O dever do Poder Público em relação à seguridade social exclui o das pessoas, da família, das empresas e da sociedade, em razão do caráter público das ações destinadas à saúde, à previdência e à assistência social.
- 15.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca dos deveres do servidor previstos na Lei Complementar nº 840/2011.
- a) O servidor somente deverá comunicar à autoridade superior as irregularidades que lhe causem prejuízo pessoal.
 - b) O servidor deve manter-se atualizado nos conhecimentos exigidos para o exercício de suas atribuições.
 - c) É dever do servidor agir com perícia, prudência e diligência no exercício de suas atribuições.
 - d) Constitui dever do servidor exercer com zelo e dedicação suas atribuições.
 - e) Constitui dever do servidor observar as normas legais e regulamentares no exercício de suas atribuições.
- 16.** Assinale a alternativa INCORRETA acerca da responsabilidade do servidor prevista na Lei Complementar nº 840/2011.
- a) O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
 - b) As sanções civis, penais e administrativas podem cumular-se, sendo independentes entre si.
 - c) A responsabilidade administrativa do servidor é afastada no caso de absolvição penal que negue a existência do fato ou sua autoria, desde que a decisão tenha transitado em julgado.
 - d) A responsabilidade administrativa perante a administração pública exclui a competência do Tribunal de Contas prevista na Lei Orgânica do Distrito Federal.
 - e) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro.

17. Assinale a alternativa INCORRETA acerca da sindicância e do processo disciplinar previstos na Lei Complementar nº 840/2011.

- a) Diante de indícios de infração disciplinar ou de representação, a autoridade administrativa competente deve determinar a instauração de sindicância ou processo disciplinar para apurar os fatos e, se for o caso, aplicar a sanção disciplinar.
- b) A representação sobre infração disciplinar cometida por servidor deve ser formulada por escrito e conter a identificação e o endereço do denunciante.
- c) Em caso de infração disciplinar noticiada pela imprensa, nas redes sociais ou em correspondências escritas, a autoridade competente deverá instaurar imediatamente sindicância ou processo disciplinar, independentemente da existência de indícios mínimos de ocorrência dos fatos.
- d) Não é objeto de apuração em sindicância ou processo disciplinar o fato que já tenha sido objeto de julgamento pelo Poder Judiciário em sentença penal transitada em julgado que reconheceu a inexistência do fato ou a negativa da autoria, salvo se existente infração disciplinar residual.
- e) No caso de denúncias anônimas, a administração pública pode iniciar reservadamente investigações para coleta de outros meios de prova necessários para a instauração de sindicância ou processo disciplinar.

NOÇÕES DE PRIMEIROS SOCORROS

Jonathan Roitman

18. Diante de uma situação de acidente, a prioridade para todos os envolvidos é a avaliação geral da cena. Essa avaliação da cena significa:

- a) Determinar a segurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e com cuidado considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança do socorrista e da vítima.
- b) Determinar a segurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e

apressadamente considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança da vítima.

- c) Determinar o estado das vítimas, antes de se preocupar com os bens materiais ou com terceiros não vitimados.
- d) Determinar a segurança do socorrista, porém mesmo constatando riscos, interceder imediatamente para salvar a vítima.
- e) Determinar a insegurança do local para que o serviço de emergência médica possa entrar; e com cuidado considerar a natureza da situação garantindo desta forma a segurança do socorrista e da vítima.

19. Vítimas de acidentes podem apresentar luxações, distensões, entorses e até fraturas. Sobre o tema, é correto que:

- a) A luxação consiste nos ossos saindo de sua posição e retornado ao seu lugar imediatamente, sem necessidade de intervenção.
- b) Nas entorses leves, ou de grau III, um ligamento se rompe por completo. A vítima provavelmente sentirá dor aguda com qualquer movimento da articulação e, por isso, pode não ser capaz de movimentá-la. Haverá também um inchaço generalizado na articulação (particularmente em entorses do tornozelo, cotovelo, dedos da mão, joelhos e dedos do pé).
- c) A distensão, também chamada de estiramento, é necessariamente o rompimento de um músculo ou de um tendão. Podemos ter diferentes graus de lesão, podendo haver uma distensão leve, moderada e até grave.
- d) Em relação ao estiramento, os sintomas incluem a dor, inchaço, espasmos musculares e até limitação de movimento. O tratamento será basicamente a movimentação, quente no primeiro momento (num segundo, sem inflamação podemos usar o gelo) e abaixamento do membro afetado.
- e) Além de dor, outros sintomas de fratura são a crepitação, inchaço e rigidez.

20. Em relações às hemorragias externas, temos 3 tipos. Analise os tipos e suas características e assinale a alternativa que aponta a ordem correta.

1. A hemorragia capilar
2. A hemorragia venosa
3. A hemorragia arterial

() É causada por abrasões que lesionam pequenos vasos localizados abaixo da superfície da pele. Geralmente, essa hemorragia é diminuída ou até mesmo interrompida antes da chegada da equipe do pré-hospitalar.

() Provém de camadas mais profundas do tecido e é, em geral, controlada mediante uma pressão direta moderada no local. De modo geral, não é uma ameaça à vida, a menos que a lesão seja grave ou a perda sanguínea não seja controlada.

() Ocasiona o tipo de perda sanguínea mais importante e mais difícil de ser controlada. É caracterizada por sangue na cor vermelho intenso que jorra da ferida. Mesmo uma ferida perfurante pequena e profunda pode produzir hemorragia com risco à vida.

- a) 1, 3 e 2
- b) 2, 3 e 1
- c) 2, 1 e 3
- d) 1, 2 e 3
- e) 3, 2 e 1

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS, ORGANIZAÇÃO, GESTÃO E MARCOS OPERACIONAIS DO SUAS

Anna Valéria Andrade

21. Assinale a alternativa que apresenta um dos princípios que organizam do SUAS.

- a) Territorialização.
- b) Matricialidade sociofamiliar.
- c) Equidade.
- d) Financiamento compartilhado.
- e) Controle social.

22. Acerca da gestão do SUAS, assinale a alternativa correta:

- a) O SUAS comporta três tipos de gestão: federal, estadual e municipal.
- b) O SUAS comporta quatro tipos de gestão: União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) O Distrito Federal integra a gestão estadual.
- d) Os Municípios exercem apenas funções executoras.
- e) A União é a única responsável pela gestão do sistema.

23. Segundo a NOB/SUAS 2012, constitui uma responsabilidade da União:

- a) Efetuar o pagamento do auxílio-funeral.
- b) Destinar recursos financeiros para custeio de benefícios eventuais.
- c) Organizar a oferta territorializada dos serviços em âmbito municipal.
- d) Responder pela concessão e manutenção do Benefício de Prestação Continuada (BPC).
- e) Municipalizar os serviços de proteção social básica.

24. Em relação aos Planos de Assistência Social, assinale a alternativa correta:

- a) Devem ser elaborados a cada quatro anos, em consonância com os períodos de elaboração do PPA.
- b) Devem ser elaborados a cada dois anos.
- c) Devem ser elaborados anualmente.
- d) Devem ser revisados apenas ao final de cada mandato.
- e) Possuem vigência indeterminada.

25. De acordo com a NOB/SUAS 2012, são requisitos mínimos para que Estados, Distrito Federal e Municípios recebam recursos referentes ao cofinanciamento federal:

- a) Conselho de Assistência Social instituído, Plano de Assistência Social aprovado, Fundo de Assistência Social criado e alocação de recursos próprios no fundo.
- b) Conselho Tutelar instituído, Plano Plurianual aprovado e Fundo Municipal de Saúde em funcionamento.
- c) Conselho de Assistência Social instituído e Cadastro Único atualizado.
- d) Conselho de Assistência Social instituído e adesão ao Programa Bolsa Família.
- e) Fundo de Assistência Social criado e aprovação do Plano Diretor Municipal.

26. No âmbito da NOB/SUAS 2012, o acompanhamento e a avaliação do Pacto de Aprimoramento do SUAS têm por objetivo:

- a) Verificar exclusivamente a execução financeira dos recursos transferidos.
- b) Observar o cumprimento dos compromissos assumidos entre os entes federativos para melhoria contínua da gestão e dos serviços socioassistenciais.
- c) Avaliar apenas os serviços de proteção social especial.
- d) Produzir ranking de Municípios para fins de punição administrativa.
- e) Substituir a atuação dos Conselhos de Assistência Social.

27. Segundo a NOB/SUAS 2012, a gestão compartilhada da assistência social pressupõe:

- a) Organização das decisões na esfera federal.
- b) Centralização da autonomia dos entes federativos.
- c) Exclusividade dos Municípios na execução da política.
- d) Transferência integral da execução para entidades privadas.
- e) Distribuição de competências entre os entes federativos.

28. A respeito do monitoramento no âmbito do SUAS, assinale a alternativa correta:

- a) Tem natureza exclusivamente financeira.
- b) Destina-se apenas à fiscalização de entidades privadas.
- c) Consiste em processo contínuo de acompanhamento da execução das ações socioassistenciais.
- d) É realizado exclusivamente pelos Conselhos de Assistência Social.
- e) Ocorre somente ao final do exercício financeiro.

**PROGRAMAS, BENEFÍCIOS E
INSTRUMENTOS SOCIOASSISTENCIAIS DO
DF**

Jonathan Roitman

29. De acordo com as disposições do Decreto nº 33.329/2011, ao tratar da rede de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), assinale a alternativa correta.

- a) A rede de equipamentos públicos de SAN é composta exclusivamente por restaurantes comunitários, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.
- b) A finalidade principal da rede de equipamentos públicos de SAN é promover a geração de renda para agricultores familiares.
- c) A implementação dos equipamentos públicos de SAN deverá ocorrer prioritariamente em áreas com maior potencial turístico e econômico.
- d) As normas preveem que a rede de equipamentos públicos de SAN seja composta apenas pelos equipamentos expressamente listados no decreto.
- e) A rede de equipamentos públicos de SAN tem como finalidade principal reduzir os índices de insegurança alimentar da população e ampliar o acesso físico e financeiro a uma alimentação adequada e saudável, respeitando as diversidades culturais.

30. Conforme disposições constantes da Lei Distrital nº 7.009/2021, que institui o Programa de Provimento Alimentar Direto em Caráter Emergencial (Cartão Prato Cheio), assinale a alternativa correta.

- a) O Cartão Prato Cheio é destinado exclusivamente às famílias com renda familiar per capita igual ou inferior a meio salário-mínimo.
- b) O prazo para utilização do crédito do Cartão Prato Cheio, contado da concessão, será de exatamente 12 meses.
- c) O crédito do Cartão Prato Cheio pode ser utilizado para aquisição de qualquer produto comercializado em estabelecimento alimentício credenciado.
- d) A coordenação, a gestão e a operacionalização do Cartão Prato Cheio competem ao Banco de Brasília.
- e) As concessões do benefício dependem de disponibilidade orçamentária específica.

31. Ao regulamentar a Lei nº 7.009/2021, o Decreto nº 42.873/2021 estabeleceu critérios para concessão do Programa Cartão Prato Cheio. Considerando exclusivamente as disposições do decreto, assinale a alternativa correta.

- a) Possuir renda familiar per capita superior a meio salário-mínimo constitui requisito para concessão do benefício.
- b) Estar inscrito exclusivamente no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal é requisito obrigatório.
- c) Residir em qualquer unidade da Federação é suficiente para recebimento do benefício.
- d) Estar em situação de insegurança alimentar constitui um dos critérios para concessão do programa.
- e) A inclusão do CPF é exigida apenas para o titular do benefício.

32. De acordo com a ordem de priorização prevista no Decreto nº 42.873/2021, para fins de concessão do benefício do Programa Cartão Prato Cheio, assinale a alternativa correta.

- a) Famílias com pessoas idosas possuem prioridade superior às famílias com pessoas com deficiência.
- b) Famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos figuram como segunda prioridade.
- c) A população em situação de rua com Plano Individual de Acompanhamento (PIA) em processo de saída de rua ocupa a terceira posição de prioridade.
- d) Famílias com crianças de 0 a 6 anos possuem prioridade superior às famílias monoparentais chefiadas por mulheres com crianças de 0 a 6 anos.
- e) Famílias com pessoas com deficiência ocupam a primeira posição na ordem de priorização.

33. Com base nas disposições da Lei Distrital nº 7.009/2021 e do Decreto nº 42.873/2021, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Banco de Brasília é responsável por confeccionar e carregar os cartões na quantidade solicitada pela Sedes/DF.
- b) O crédito do Cartão Prato Cheio é intransferível.
- c) O Poder Executivo promoverá ampla divulgação dos critérios de concessão, da lista de beneficiários e dos recursos investidos no programa.
- d) A concessão do benefício seguirá exclusivamente a ordem cronológica de solicitação, independentemente de qualquer priorização estabelecida em norma.
- e) O Programa Prato Cheio será concedido por meio de crédito de R\$ 250,00 para aquisição de gêneros alimentícios.

34. No contexto da regulamentação prevista no Decreto nº 33.329/2011, assinale a alternativa correta.

- a) O café da manhã será implementado simultaneamente em todos os restaurantes comunitários do Distrito Federal.
- b) O café da manhã será implementado inicialmente no Restaurante Comunitário do Sol Nascente por um período de 12 meses.
- c) O jantar deverá ser implementado antes do café da manhã em todas as unidades.
- d) A implementação gradual dos serviços independe de estudo de viabilidade técnica ou licitação.
- e) O cronograma de implementação do café da manhã e do jantar será definido exclusivamente pela Secretaria de Estado de Cultura.

PROTEÇÃO SOCIAL UNIDADES DE ACOLHIMENTO, ATUAÇÃO EM SERVIÇOS

Coimbra Almeida

35. Durante o diagnóstico socioterritorial de determinado município, identificou-se elevada incidência de vulnerabilidade social e famílias beneficiárias de programas de transferência de renda. Em reunião de planejamento, a equipe técnica concluiu que tais situações deveriam ser atendidas prioritariamente pelo CREAS, em razão da complexidade das demandas. Assinale a alternativa correta.

- a) A conclusão está correta, pois toda situação de vulnerabilidade social deve ser atendida pelo CREAS.
- b) A conclusão está incorreta, pois a simples existência de vulnerabilidades não caracteriza, necessariamente, situação de violação de direitos.
- c) O CREAS é responsável pela execução do PAIF nesses casos.
- d) O atendimento deve ocorrer exclusivamente por meio de benefícios eventuais.
- e) O diagnóstico socioterritorial não possui relevância para a organização dos serviços.

36. Um usuário foi encaminhado pelo CRAS ao CREAS para acompanhamento especializado em razão de situação de violência doméstica. Após o início do atendimento, o CREAS encaminhou informações técnicas ao CRAS para continuidade do acompanhamento familiar. Essa prática corresponde ao mecanismo de:

- a) Matricialidade sociofamiliar.
- b) Contrarreferência.
- c) Busca ativa.
- d) Vigilância socioassistencial.
- e) Territorialização.

37. Determinada equipe passou a priorizar exclusivamente o atendimento individualizado, reduzindo oficinas, ações coletivas e atividades comunitárias. Essa prática contraria:

- a) A lógica preventiva e comunitária da Proteção Social Básica.
- b) Apenas a NOB-RH/SUAS.
- c) Exclusivamente o SCFV.
- d) Apenas o princípio da descentralização.
- e) Somente a Tipificação Nacional

38. Segundo a Tipificação Nacional, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV possui como característica essencial:

- a) Atendimento exclusivamente individual.
- b) Desenvolvimento de atividades organizadas por ciclos de vida.
- c) Acompanhamento especializado de violações de direitos.
- d) Oferta obrigatória pelo CREAS.
- e) Substituição do PAIF.

39. Em determinado município, a equipe técnica passou a utilizar exclusivamente informações do Cadastro Único para planejar os serviços ofertados pelo CRAS. Essa conduta é inadequada porque:

- a) O Cadastro Único não pode ser utilizado pelo SUAS.
- b) O planejamento deve considerar também o diagnóstico socioterritorial.
- c) O Cadastro Único é instrumento exclusivo da vigilância sanitária.
- d) O CRAS não realiza planejamento territorial.
- e) O diagnóstico é atribuição exclusiva da gestão estadual.

40. No âmbito da vigilância socioassistencial, constitui atribuição prioritária:

- a) Produzir informações sobre riscos, vulnerabilidades e oferta de serviços.
- b) Executar diretamente o PAIF.
- c) Aplicar medidas socioeducativas.
- d) Conceder benefícios previdenciários.
- e) Coordenar exclusivamente o Cadastro Único.

41. Sobre o Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, assinale a alternativa correta.

- a) Atua exclusivamente com adolescentes em conflito com a lei.
- b) Oferta serviços especializados para situações de violação de direitos.
- c) Executa o PAIF e coordena o SCFV.
- d) É unidade responsável pela Proteção Social Básica.
- e) Atua apenas mediante determinação judicial.

42. A busca ativa diferencia-se do atendimento espontâneo porque:

- a) Pressupõe identificação proativa de usuários e famílias vulneráveis.
- b) Ocorre apenas em situações de calamidade pública.
- c) É atribuição exclusiva do Cadastro Único.
- d) Substitui o diagnóstico socioterritorial.
- e) Dispensa acompanhamento posterior.

43. A matricialidade sociofamiliar constitui fundamento do SUAS porque:

- a) Prioriza o indivíduo em detrimento da família.
- b) Reconhece a família como núcleo central da proteção social.
- c) Restringe o atendimento aos responsáveis familiares.
- d) Exclui intervenções comunitárias.
- e) Limita o acesso aos benefícios socioassistenciais.

44. Uma criança de 8 anos foi acolhida institucionalmente após situação de abandono. Durante o acompanhamento, a equipe identificou uma tia materna com vínculos afetivos consolidados, capacidade protetiva e interesse em assumir seus cuidados. O Ministério Público ainda não se manifestou sobre a situação. À luz do ECA e das Orientações Técnicas, a equipe deve:

- a) Priorizar a permanência institucional até eventual processo de adoção.
- b) Avaliar a possibilidade de reintegração à família extensa.
- c) Encaminhar imediatamente a criança para adoção.
- d) Manter o acolhimento até a destituição do poder familiar.
- e) Aguardar decisão judicial sem realizar qualquer intervenção.

45. Durante inspeção em uma unidade de acolhimento institucional, constatou-se a existência de 28 crianças acolhidas, divididas em grandes dormitórios coletivos, com rotina padronizada para todos os usuários.

Segundo as Orientações Técnicas, essa situação evidencia:

- a) Compatibilidade com os princípios da proteção integral.
- b) Cumprimento dos parâmetros de atendimento personalizado.
- c) Possível processo de institucionalização inadequada.

- d) Regularidade, desde que haja autorização judicial.
- e) Característica própria do acolhimento provisório.

46. Sobre o Plano Individual de Atendimento (PIA), assinale a alternativa correta.

- a) É documento facultativo elaborado apenas em processos de adoção.
- b) Deve ser elaborado exclusivamente pelo assistente social.
- c) Tem função disciplinar dentro da unidade de acolhimento.
- d) Consiste em instrumento de planejamento do acompanhamento da criança ou adolescente.
- e) É elaborado apenas por determinação judicial.

47. Uma adolescente de 17 anos, acolhida há três anos mantém vínculos frágeis com sua família de origem e não possui perspectiva de retorno familiar. A equipe técnica iniciou planejamento voltado para construção de autonomia e preparação para a vida adulta.

A situação descrita aproxima-se dos objetivos da modalidade:

- a) Família Acolhedora.
- b) Casa-Lar.
- c) República.
- d) Abrigo Institucional.
- e) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

48. Conforme as Orientações Técnicas, a excepcionalidade do acolhimento significa que:

- a) O acolhimento deve substituir permanentemente a família.
- b) O afastamento do convívio familiar deve ocorrer apenas quando indispensável.
- c) Crianças pequenas não podem ser acolhidas.
- d) O acolhimento depende exclusivamente de decisão judicial.
- e) O acolhimento deve ocorrer apenas em situações de violência física.

49. Uma equipe técnica defendeu que a unidade de acolhimento deveria assumir integralmente o papel da família durante todo o período de permanência dos acolhidos. Essa posição é:

- a) Compatível com o princípio da convivência comunitária.
- b) Compatível apenas nos casos de destituição do poder familiar.
- c) Compatível com a Tipificação Nacional.
- d) Incompatível com as Orientações Técnicas para os serviços de Acolhimento.
- e) Compatível apenas para adolescentes.

50. Após acolhimento emergencial de uma criança em situação de abandono, a autoridade judiciária deverá ser comunicada:

- a) Em até 24 horas.
- b) Em até 48 horas.
- c) Em até 72 horas.
- d) Em até 5 dias.
- e) Apenas após a conclusão do estudo diagnóstico.

51. Nas modalidades de acolhimento para crianças e adolescentes, a manutenção de grupos de irmãos deve ser:

- a) Evitada para facilitar a gestão institucional.
- b) Realizada apenas mediante decisão judicial.
- c) Incentivada sempre que possível.
- d) Restringida às unidades do tipo Casa-Lar.
- e) Condicionada à idade dos acolhidos.

52. Sobre o Serviço de Família Acolhedora, assinale a alternativa correta.

- a) Possui finalidade de adoção da criança acolhida.
- b) Consiste em acolhimento temporário realizado por famílias previamente selecionadas e capacitadas.
- c) Destina-se exclusivamente a adolescentes.
- d) Dispensa acompanhamento técnico.
- e) Substitui o processo de reintegração familiar.

acolhimento emergencial, assinale a alternativa correta.

- a) Deve ser concluído em até 20 dias.
- b) Possui prazo máximo de 90 dias.
- c) É facultativo para a equipe técnica.
- d) Ocorre apenas por determinação judicial.
- e) Destina-se exclusivamente à produção de prova judicial.

54. A Casa-Lar diferencia-se do Abrigo Institucional porque:

- a) Não integra a Tipificação Nacional.
- b) Destina-se apenas a adolescentes.
- c) É organizada em unidade residencial com pequeno grupo de acolhidos e cuidador residente.
- d) Dispensa equipe técnica.
- e) Não realiza articulação com a rede de proteção.

55. Segundo as Orientações Técnicas, a institucionalização prolongada de crianças e adolescentes:

- a) Deve ser estimulada para fortalecimento dos vínculos institucionais.
- b) É compatível com o princípio da excepcionalidade.
- c) Constitui objetivo dos serviços de acolhimento.
- d) Pode ocasionar prejuízos ao desenvolvimento afetivo e social.
- e) É recomendada quando inexistem famílias adotantes.

56. Ao avaliar determinado caso, a equipe técnica concluiu que a criança não poderia retornar à família de origem, mas identificou avós com vínculos afetivos preservados e condições adequadas de cuidado.

Segundo o ECA e as Orientações Técnicas, a medida prioritária será:

- a) Permanência indefinida no acolhimento institucional.
- b) Encaminhamento imediato para adoção.
- c) Transferência para República.
- d) Inclusão em Família Acolhedora de forma permanente.
- e) Avaliação da possibilidade de colocação junto à família extensa.

57. Durante supervisão técnica, um gestor municipal afirmou que o Centro POP deve concentrar seus atendimentos apenas em pessoas em situação de rua que possuam documentação civil regularizada, uma vez que a ausência de documentos dificultaria a elaboração dos registros administrativos do serviço.

À luz da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a afirmação do gestor é:

- a) Correta, pois a documentação civil é requisito para acesso aos serviços socioassistenciais.
- b) Correta apenas para usuários que demandem benefícios eventuais.
- c) Incorreta, pois a ausência de documentação constitui, inclusive, uma das demandas que podem ser trabalhadas pelo serviço.
- d) Incorreta apenas quando se tratar de crianças e adolescentes.
- e) Correta, desde que haja encaminhamento posterior ao CRAS.

58. Uma equipe do Centro POP passou a realizar atendimentos voltados exclusivamente à concessão de passagens interestaduais, deixando de ofertar escuta qualificada, construção de planos de acompanhamento e articulação com a rede socioassistencial. Considerando a Tipificação Nacional, essa prática:

- a) É adequada, pois a principal finalidade do Centro POP é viabilizar deslocamentos.
- b) É inadequada, pois reduz o serviço a uma ação pontual, desconsiderando sua função de referência para a população em situação de rua.
- c) É adequada desde que haja elevada demanda espontânea.
- d) É obrigatória quando houver insuficiência de recursos humanos.
- e) É adequada por priorizar respostas emergenciais.

59. Durante o acompanhamento de um usuário em situação de rua, a equipe identificou rompimento dos vínculos familiares, ausência de renda, problemas de saúde mental e sucessivas violações de direitos. Em reunião de equipe, um profissional defendeu que a situação deveria ser encaminhada exclusivamente para a política de saúde, uma vez que as demais demandas decorreriam do transtorno mental apresentado.

À luz dos princípios do SUAS e da atuação do Centro POP, a posição do profissional é:

- a) Correta, pois a saúde mental constitui demanda exclusiva do SUS.
- b) Correta apenas quando houver diagnóstico psiquiátrico formal.
- c) Incorreta, pois as demandas apresentadas exigem atuação intersetorial e acompanhamento socioassistencial.
- d) Incorreta apenas se o usuário estiver acolhido institucionalmente.
- e) Correta, pois o Centro POP não realiza acompanhamento especializado.

- 60.** Sobre o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), assinale a alternativa correta.
- a) Constitui unidade da Proteção Social Básica responsável pela execução do PAIF.
 - b) Destina-se prioritariamente ao acolhimento institucional de pessoas em situação de rua.
 - c) Integra a Proteção Social Especial de Alta Complexidade.
 - d) Oferta o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, desenvolvendo acompanhamento especializado e articulação com a rede de proteção social.
 - e) Atua exclusivamente mediante encaminhamento judicial ou do Ministério Público.
-

Discursiva

Texto Motivador:

O atendimento sociassistencial prestado a indivíduos em fase de desenvolvimento humano requer cautela absoluta do Estado. A destituição do convívio familiar, motivada por situações de violência, abandono ou grave ameaça de direitos, constitui uma intervenção estatal de grande impacto na formação psicológica e social do tutelado. Por esse motivo, os normativos vigentes estabelecem que as instituições governamentais não funcionem como meros depósitos de pessoas, mas que atuem com planejamento, infraestrutura adequada e foco incontestável na reinserção comunitária.

Comando da Questão:

Você atua como Assistente Social em uma Vara da Infância e da Juventude e foi designado para elaborar um parecer sobre o fluxo de abrigamento no seu município. Redija um texto dissertativo que aborde obrigatoriamente os três tópicos a seguir:

1. De que maneira os princípios da excepcionalidade e da provisoriedade orientam a aplicação da medida de afastamento?
2. Qual é a importância e o objetivo central do Plano Individual de Atendimento ("PIA") na rotina institucional?
3. Quais são as principais diferenças estruturais e operacionais entre as modalidades de Abrigo Institucional e Casa-Lar?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>